

Altas habilidades/superdotação: uma discussão sobre a percepção dos professores na rede municipal de ensino de Muriaé (MG)

Bárbara LEAL¹, barbaralealf@gmail.com; **Ana Lúcia Rodrigues de BARROS²**

1. Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG).
2. Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes (RJ); professora na FAMINAS, Muriaé (MG).

Artigo protocolado em 27 ago. 2014 e aprovado em 30 set. 2014.

RESUMO: Investigou-se, através de análise qualitativa e aplicação de questionários em um grupo de 8 professores da rede pública de ensino de Muriaé (MG), a formação curricular e experiência profissional para o atendimento a crianças e adolescentes que possuem altas habilidades/superdotação. Os resultados demonstraram que há pouca presença de discussões na formação acadêmica destes professores para possibilitar a identificação de alunos superdotados e alto habilidosos.

Palavras-chave: inclusão, altas habilidades, superdotação.

ABSTRACT: High abilities / giftedness: a discussion about the perception of teachers in the municipal teaching area of Muriaé

(MG). It was investigated by means of qualitative analysis and questionnaires in a group of 8 teachers from the public teaching area in Muriaé (MG), the curriculum and the professional experience to meet the children and adolescents who have high ability / giftedness. The results showed that there are little discussions in the academic training of these teachers to enable the identification of gifted and high-skilled students.

Keywords: inclusion, high abilities, giftedness.

Introdução

O Ministério da Educação, através da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, denomina estudantes dotados e talentosos como alunos com altas habilidades/superdotação e os considera como pessoas com necessidades especiais. Assim sendo, atentou-se para a identificação e apoio a esses alunos, de modo que seja expandido o conhecimento de suas características e suporte ao seu desenvolvimento psicossocial.

As atuais literaturas compreendem diversas abordagens e termos para caracterizar os indivíduos superdotados e alto habilidosos, no entanto, para esta pesquisa optou-se pela conceituação prevista pela Secretaria de Educação Especial e pelo referencial teórico trazido por J. Renzulli (1986) no que diz respeito à dotação e talento (D&T).

Acredita-se que a temática de inclusão se faz cada vez mais presente no contexto educacional, logo, terminologias diversas se voltam a estudantes que se diferem, por algum motivo, do que se tornou convencional às instituições de ensino no quesito capacidade de aprendizado. Portanto, há necessidade de compreensão a respeito do olhar dos professores, em sala de aula, e uma análise de seu currículo acadêmico que parece não trazer teorias e discussões sobre estes sujeitos que possuem um modo peculiar de aprendizado e necessitam estar inseridos em programas e metodologias que apoiem suas necessidades.

Dados esses pontos, será apresentada a pesquisa realizada com oito professores atuantes na rede de ensino do município de Muriaé (MG), que abrangeu perfil sociodemográfico, formação e atuação profissional dos participantes, levando em consideração seu currículo profissional e conhecimentos a respeito do tema em questão. A discussão dos resultados

foi pautada pela análise qualitativa dos dados obtidos através da aplicação de questionário semiestruturado, objetivando articular análise de conteúdo e mobilizações teóricas do presente estudo.

I – Uma abordagem sobre a compreensão das altas habilidades/superdotação

As pessoas que marcaram a história por suas contribuições ao conhecimento e à cultura não são lembradas pelas notas que obtiveram na escola ou pela quantidade de informações que conseguiam memorizar, mas sim pela qualidade de suas produções criativas, expressas em concertos, ensaios, filmes, descobertas científicas, etc (RENZULLI; REIS, 1985, apud CONBRASD, s/d).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC; SEESP, 2007), pode-se afirmar que “as pessoas com altas habilidades/superdotação (AH/SD) são pessoas com necessidades educacionais especiais”, tendo direito a Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Educação Infantil ao Ensino Superior, sem que haja cobrança financeira por tal atendimento.

No tocante à compreensão sobre a inteligência e a forma de aprendizagem do indivíduo com maior capacidade, será descrito o conceito de superdotação. No entanto, é possível notar na literatura diversas definições voltadas à concepção de pessoas identificadas como mais capazes, considerando que uma revisão em superdotação pode apresentar divergências em alguns pontos. Assim sendo, será abordada a perspectiva de J. Renzulli que está em concordância com os aspectos vigentes nas cartilhas do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial (FLEITH, 2007).

Segundo o Conselho Brasileiro de Superdotação – organização não governamental que trabalha para a contribuição dos direitos das pessoas com AH/SD – “não há necessidade de laudo ou diagnóstico clínico para declarar um aluno com AH/SD no Censo Escolar ou para que ele/ela seja encaminhado/a ao AEE”.

Define-se, portanto que:

Alunos com altas habilidades/supertodação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada

criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 15, apud CONBRASD, 2013, p. 2).

A partir dessas definições, repensa-se o que o senso comum visualiza como “precocidade”, “prodígio”, “gênio”, dentre outros rótulos. É necessário considerar que tais comportamentos não se encontram simplesmente presentes em pessoas com “QI elevado”, contudo, são considerados comportamentos a serem desenvolvidos, dadas as oportunidades, o incentivo, o comprometimento na área da educação e no contexto familiar para o desempenho e criatividade na tarefa de desenvolvimento do potencial intelectual humano, de modo que se compreenda as diferenças e apoie-se a cada necessidade (RENZULLI, 1996, apud PEREIRA, 2010).

Joseph Renzulli (1986), autor engajado em pesquisas pelo Centro Nacional de Pesquisa sobre o Superdotado e Talentoso da Universidade de Connecticut (EUA), reconhece as características dos superdotados através de três grupos, que produzem a superdotação: Criatividade, habilidade acima da média e envolvimento com a tarefa. Este modo de compreensão é denominado Modelo dos Três Anéis, em que Renzulli deixa claro que alunos que irão receber educação especial não necessitam apresentar esses três grupos de características, categorizando que “a natureza temporal e contextual do compromisso com a tarefa e da criatividade determina a busca desses comportamentos em situações onde os mesmos são indicados e incentivados” (PEREIRA, 2010, p. 32).

Dados tais conceitos, percebe-se uma discussão a respeito dos mitos e estereótipos sobre os aspectos da pessoa alto habilidosa e superdotada, que podem ser exemplificados com as seguintes expressões: “caminham por si sós; não precisam de serviços educacionais especiais; são nota 10 em tudo; são *nerds*; são indisciplinados; são gênios; são malucos e outros entendimentos” (RANGNI; COSTA, 2011, p. 22).

Para estas mesmas autoras, os dados demonstrados pela Organização Mundial de Saúde entram em conflito com o número de alunos com superdotação matriculados no sistema escolar brasileiro (educacenso), o que reforça a falta de preparo à docência na identificação desta demanda. Isto irá refletir no desperdício dos talentos e na não valorização das crianças, jovens e adultos brasileiros, principalmente quando comparados com sociedades mais desenvolvidas (RANGNI; COSTA, 2011, p. 23).

Nota-se, portanto, que a demanda educacional, cada vez mais, exige atenção da psicologia no que diz respeito às temáticas percebidas no campo escolar. O interesse pela inclusão de alunos com necessidades especiais é assunto em todo o mundo, no entanto, se observa a diferença entre o

conhecimento existente sobre essa necessidade de incluir e a prática diária nas escolas. As pesquisas científicas continuam em nível de discussões, grupos de estudos e abordagens acadêmicas (GUENTHER; RONDINI, 2012).

O desconhecido e a exclusão percorrem a história e nota-se que as organizações a favor da temática inclusiva se desenvolvem. O Ministério da Educação parece ser favorável ao assunto e – pelo menos para que sejam documentados – são elaborados programas à educação inclusiva. Mas será que este conhecimento está se produzindo, de fato? A possibilidade de compreensão e elaborações críticas por parte da equipe escolar sobre o tema em questão é tão comum quanto as cartilhas criadas pelo governo (disponíveis em PDF e arquivadas em uma pasta do computador)? (GUENTHER; RONDINI, 2012).

Para que a educação aconteça, o professor é peça fundamental, para tanto, espera-se que haja o preparo necessário, que em seus currículos constem o que lhes é cobrado na prática escolar. Com os esclarecimentos e críticas abordados até aqui, apresentamos a pesquisa realizada com os professores que se encontraram disponíveis para responder ao questionário proposto para esta discussão (GUENTHER; RONDINI, 2012).

II – Metodologia

Participaram desta pesquisa 8 professores de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Muriaé (MG): 7 eram do gênero feminino e 1 do gênero masculino. Entre eles, 75% possuíam mais de 20 anos de atuação como professor, 12,5% atuavam há 10 anos e 12,5% atuavam há menos de 10 anos.

Realizou-se a caracterização dos professores participantes quanto a gênero, idade, formação acadêmica, especialização (pós-graduação) e tempo de atuação. Eles foram identificados por letras, de A a H (Quadro 1).

Os dados indicam que a faixa etária dos oito participantes varia de 31 a 55 anos, sendo apenas um do sexo masculino, o que corresponde à porcentagem de 12,5% do total. Foi observado que os participantes A e D são graduados em Língua Portuguesa; B, C e G, em Ciências Biológicas; E e F, em Pedagogia; H, em Educação Física; e B, também em Matemática.

A respeito da especialização, notou-se que 87,5% dos participantes cursaram a pós-graduação: A e D são especialistas em Língua Portuguesa; A e E, em Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar; B, em Educação Matemática; C, em Atualidades em Biologia; E, em Coordenação Pedagógica e Ensino Religioso; G, em Engenharia e Ciências dos Materiais e Meio Ambiente; e H, não possui especialização.

QUADRO 1 Caracterização dos participantes

Denominação	Idade	Gênero	Formação	Especialização	Tempo de atuação
A	44	Fem.	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa, e Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar	23 anos
B	47	Fem.	Matemática e Ciências Biológicas	Educação Matemática	22 anos
C	27	Masc.	Ciências Biológicas	Atualidades em Biologia	6 anos
D	55	Fem.	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	37 anos
E	41	Fem.	Pedagogia	Coordenação Pedagógica e Ensino Religiosa	21 anos
F	52	Fem.	Pedagogia	Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar	31 anos
G	31	Fem.	Ciências Biológicas	Engenharia e Ciências dos Materiais e Meio Ambiente	10 anos
H	50	Fem.	Educação Física	Não possui	20 anos

Verificou-se a não especialização destes professores em temáticas abordadas nesta pesquisa – Educação Inclusiva e AH/SD – o que permitirá uma análise posterior a respeito do conhecimento destas áreas por estes professores e do currículo acadêmico. Quanto ao tempo de atuação, existe uma variação entre 6 a 37 anos.

O método utilizado para coleta de dados desta pesquisa foi a distribuição de 30 questionários semiestruturados em duas escolas da rede municipal de ensino de Muriaé. Este questionário foi elaborado com o objetivo de verificar o currículo do professor no que se refere às temáticas de altas habilidades/superdotação e educação inclusiva, incluindo tópicos como: presença da disciplina de educação inclusiva na graduação ou pós graduação, estudos acadêmicos sobre altas habilidades/superdotação, facilidade ou não em identificar um aluno superdotado, tipos de metodologias utilizadas no caso de atuar em sala de aula com o aluno superdotado, além de dados pessoais, tais como: sexo, idade, escolaridade dos pais, tempo de formação e tempo de atuação como professor.

Realizou-se o contato com a Secretaria Municipal de Educação que autorizou a pesquisa e orientou que fossem aplicados os questionários em professores de duas escolas referências no município, por possuírem maior demanda de alunos e professores atuantes há mais tempo na rede. Levando em consideração que a rede de ensino do município de Muriaé atende somente a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Na escola A – que abrange o ensino fundamental do 1º ao 4º ano – a diretora aceitou a proposta deste estudo e se dispôs a entregar os questionários, juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que contém a explicação dos objetivos da pesquisa, a 10 professores. Na escola B – que abrange do 1º ao 9º ano – do mesmo modo, a diretora consentiu a aplicação do questionário e os direcionou a 20 professores.

O recolhimento destes instrumentos aconteceu duas semanas após a sua entrega e, ao chegar à escola A, nenhum professor havia respondido e entregue os questionários à diretora. Quanto à escola B, 8 dos 20 professores responderam à pesquisa. A partir disso, optou-se pela coleta e levantamento dos dados presentes nestes 8 questionários que foram entregues respondidos.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Extensão, Pesquisa e Cultura da Faculdade de Minas (FAMINAS) – Muriaé que declarou parecer favorável à sua realização. Dadas as questões metodológicas passa-se, neste momento, para as discussões dos dados coletados.

III – Análise e discussão dos resultados

No intuito de investigar o currículo acadêmico dos professores que atuam na rede municipal de ensino da cidade de Muriaé, analisando se há

de fato um preparo para a identificação de alunos com altas habilidades/superdotação, como estabelecido pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial (2006), foram utilizadas as seguintes categorias para análise do material destacado na pesquisa: 1) Estudo do tema educação especial/educação inclusiva e altas habilidades/superdotação durante a formação acadêmica; 2) Reconhecimento de alunos AH/SD e metodologia utilizada com esta demanda (caso já houvesse tido); 3) Capacidade em identificar um aluno AH/SD e metodologia utilizada caso atuasse em uma classe com estes alunos.

As discussões realizadas são pautadas na análise qualitativa dos dados, que, como defende Sampieri et. al. (2006, apud COSTA et al, 2013, p. 2844), “não tem como finalidade a generalização dos resultados da pesquisa, não faz estatística e seu método de análise é interpretativo, contextual e etnográfico”. Para tanto foi utilizada a análise de conteúdo, que pretende avaliar os resultados apresentados no presente estudo. Os resultados a seguir, foram divididos em categorias, de acordo com as perguntas referidas no questionário.

3.1 – Estudo do tema educação especial/educação inclusiva e altas habilidades/superdotação durante a formação acadêmica

A partir da compreensão de que esta pesquisa aborda o conhecimento a respeito das altas habilidades/superdotação, verificou-se a importância de investigar também a presença, nos currículos dos professores, da disciplina de onde surge esta temática, que se trata da educação especial e/ou educação inclusiva. Portanto, no questionário, a pergunta foi elaborada da seguinte forma: Em sua formação acadêmica, você teve contato com a temática de educação especial/educação inclusiva? O participante ao responder esta pergunta com um sim, deveria também responder através de que meio, sendo as opções: a) Disciplina em sala de aula; b) Mini cursos; c) Cursos de extensão e d) Outros: Quais?

Considerando-se as respostas dos oito participantes que responderam ao questionário, três disseram não haver tido contato com a disciplina nem em sala de aula, nem através de outros meios, e cinco afirmaram que tiveram conhecimento da disciplina durante a formação, no entanto, todos eles através de cursos fora do currículo acadêmico.

A partir deste dado, nota-se que parece haver uma lacuna na formação dos professores no tocante à educação inclusiva e educação especial, tão discutidas no cenário educacional e reforçadas pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial. Para tanto, quando se recorre à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20.12.1996

em seu Art. 59, encontra-se a seguinte pontuação: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Neste momento, considera-se relevante uma reflexão a respeito do tempo de formação dos participantes deste estudo, cabendo afirmar que a lei acima citada entrou em vigor no ano de 1996, assim como sua divulgação ainda hoje se faz reforçada pelas cartilhas do Ministério da Educação. No entanto, os currículos de alguns professores aqui representados, são anteriores à promulgação da lei que categoriza a escola e seus profissionais como um dos responsáveis pelo apoio e desenvolvimento à demanda de alunos especiais. Cabendo compreender que podem ter ocorrido alterações nos currículos atuais, o que dá margem a outros estudos que avaliem as mudanças nas matrizes curriculares dos profissionais da educação.

Do mesmo modo, foi feita a pergunta sobre a inserção da temática de superdotação/altas habilidades no período de graduação dos professores pertencentes a este estudo. Quanto às respostas, sete que não estudaram AH/SD durante todo o percurso acadêmico e um que afirmou ter estudado tal tema através de disciplina em sala de aula, considerando que este também afirma haver tido contato com discussões em educação especial/educação inclusiva.

Aqui, contudo, pode ser possível entender o que Guenther e Rondini (2012, p. 238) se referem ao defenderem que

A maior parte do saber acumulado pela pesquisa científica, mesmo quando disponível aos profissionais da educação, permanece ao nível de discussão, publicações e comunicação em meios acadêmicos. Tal conhecimento não chega ao destino final, a sala de aula, e os professores não parecem ver relação entre o que se estuda em “Ciência da Educação” e o que acontece, de fato, no trabalho diário com os alunos (GUENTHER; RONDINI, 2012, p. 238).

Esta reflexão compreende uma realidade constante do cenário educacional que, ao ser relacionado à temática em estudo, problematiza o que será abordado nos seguintes tópicos que irão levantar questões concernentes às estratégias de intervenção do professor ao se deparar com esta demanda e suas percepções sobre como identificar estes alunos.

3.2 – Reconhecimento de alunos AH/SD e metodologia utilizada com esta demanda

Em relação às indagações consideradas importantes para compor a percepção do professor sobre AH/SD, propôs-se questionar se durante a sua prática profissional ele havia se deparado com alunos superdotados, justificando que se o conhecimento não foi transmitido, de fato, pelos saberes acadêmicos, quais seriam as metodologias, por parte dos professores, a serem construídas para esta demanda.

Logo, diante da pergunta sobre o reconhecimento destes alunos, relacionando reconhecimento – nesta pesquisa – com o fato de se deparar com tais indivíduos, cinco professores responderam não ter encontrado nunca em sua prática alunos AH/SD, levando em consideração que quatro destes atuam há mais de 20 anos e um atua há 10 anos e que todos eles afirmaram não haver estudado durante a graduação o tema altas habilidades/superdotação. Os outros três participantes – C, F e H – asseguraram ter encontrado alunos superdotados em sua prática, sendo que um deles (F) disse ter estudado altas habilidades/superdotação em sala de aula durante a graduação.

Em relação a esta pergunta, ainda foi pedido para que o participante descrevesse a metodologia utilizada com estes alunos. Discutindo-se as respostas de cada um que disse já haver encontrado esta demanda, nota-se que F, que atua há 31 anos como professora, declara que trabalha “sempre estimulando os seus conhecimento e de forma bem natural, enfatizando assim as habilidades diferenciadas”, afirmou ainda que a escola possui sala de recursos e atividades extracurriculares para estes alunos. O participante H, professor de educação física, alega realizar encaminhamento para escolas de treinamento esportivo e outros instrutores de grupo, e o professor C disse trabalhar da mesma forma com alunos AH/SD que com os demais alunos, exemplificando que utiliza “aulas expositivas, vídeo aulas, áudio aulas e aulas práticas”.

Contudo, quando se perguntou quantos alunos – em média – eles haviam encontrado durante a prática, F disse não se recordar de números precisos, H afirmou ter encontrado muitos e C parece haver entrado em contradição dizendo “não sei identificar se é ou não superdotado”.

Retomando à percepção de Guenther e Rondini (2012), as problemáticas que envolvem o cenário educacional realmente não parecem ser discutidas, pautando-se principalmente nos dados acima e nos discursos de alguns educadores que demonstram ainda possuírem ideias vagas e superficiais sobre a educação inclusiva e os alunos superdotados. É válido ressaltar que não pretende-se com este trabalho culpabilizar ou levantar julgamentos sobre a prática escolar desta amostra de professores, há contudo o interesse explícito

em construir reflexões sobre o que chega ao conhecimento destes sobre os temas em ênfase pelo Ministério da Educação, através, principalmente, de seus currículos acadêmicos.

3.3 – Capacidade em identificar um aluno AH/SD e metodologia utilizada caso atuasse em uma classe com estes alunos

Neste momento, o interesse principal foi investigar se os professores se consideravam capazes de identificar alunos AH/SD e pedir para que todos descrevessem a metodologia que usariam caso houvesse tais alunos em sala de aula.

Assim sendo, a indagação feita foi: Você se considera capaz de identificar um aluno com altas habilidades/superdotação? Se sim, justifique. A este questionamento, 50% dos professores responderam que não se consideram capazes em realizar tal identificação, e 50% se definiram como capazes em identificá-los. Serão discutidas, portanto, as justificativas descritas pelos quatro sujeitos que disseram reconhecer um AH/SD, sendo eles, B, F, G e H.

Retomando às afirmativas destes quatro participantes, há de se considerar que nos questionamentos anteriores, B afirmou não haver em seu currículo acadêmico disciplinas de educação inclusiva e temáticas sobre altas habilidades/superdotação, não justificando o porquê de se considerar capacitado para reconhecer os alunos em discussão. O participante F disse haver tido contato com educação inclusiva e conhecimento do assunto altas habilidades/superdotação e ao se justificar foi capaz de dar exemplos que são confirmados na teoria de Renzulli já descrita acima, explicitando que estes alunos possuem “curiosidade, motivação externa e persistência na área de seu talento”.

O participante G descreveu que “no aluno com alta habilidade, nota-se traços consistentemente superiores em relação a uma média em qualquer campo do saber ou fazer” e o professor de educação física, de nome fictício H, dissertou apenas que “o aluno com inteligência corporal, com altas habilidades, é de fácil identificação”. Portanto, para o professor F parece haver uma compreensão do que de fato se trata as altas habilidades/superdotação, enquanto para outros professores, como G e H, ainda predominam conceitos menos específicos a respeito deste tema.

Partindo, finalmente, para a discussão da metodologia a ser utilizada com estes alunos, descrita pelos professores, serão apresentados os relatos dos participantes A, B, E, F, G e H que foram os que responderam à questão aqui referida. Foram explicitadas por dois dos professores a dificuldade em aplicar uma metodologia específica, sendo ilustrada pelas falas de E e G:

É papel do professor ver os pontos fortes e fracos, ajudando o aluno a se integrar no grupo. O professor deve oferecer estímulos para que esses alunos se desenvolvam de forma plena. Infelizmente os professores estão mal informados e pouco capacitados para tal situação (E).

Seria um desafio a enfrentar, pois na minha formação acadêmica não tinha a disciplina Educação Inclusiva. Vivenciamos muitas dificuldades para com os alunos superdotados (G).

Dentre outras descrições destaca-se a fala do participante B que respondeu do seguinte modo “Deixaria que ele estudasse livremente, sem interferências. Apenas o orientaria”. O professor H, por sua vez disse sobre as dificuldades quanto a infraestrutura, pouco tempo para dar aula e citou falta de motivação e exclusão como fatores que dificultam o trabalho com o superdotado. Por fim, afirmou que quando percebe um aluno com altas habilidades o encaminha para um clube.

Outros pontos destacados se atentam a novos planejamentos no contexto escolar. Como exemplo os relatos de A e F:

Acredito que um aluno com superdotação deveria participar de um processo de reclassificação e ser conduzido à classe que melhor se adequasse à sua realidade (A).

As alternativas utilizadas seriam: enriquecimento curricular e aceleração, ou as duas combinadas. Tanto uma quanto a outra devem estar de acordo com as características da escola e adequadas à realidade dos alunos (F).

Observou-se nas falas dos participantes que um maior conhecimento a respeito das altas habilidades/superdotação e da realidade educacional voltada a este assunto se fazem necessários para o bom desempenho em sala de aula.

Assim sendo, concorda-se com o que Rangni e Costa (2011) sugerem ao apontar as falhas que perpassam a formação de professores e profissionais da educação quanto à temática da superdotação, como a falta de oferecimento de cursos (em nível de especialização) que direcionem para a área, mitos que demarcam a inserção dos educandos, grades curriculares dos cursos de

licenciatura que não possibilitam ao futuro educador o conhecimento prévio a respeito da superdotação, dentre outras.

IV – Considerações finais

Foram evidenciadas, através dos relatos de oito professores da rede municipal de ensino de Muriaé (MG), pontuações que confirmam as mobilizações teóricas concernentes à necessidade de um maior preparo no contexto escolar para perceber e apoiar superdotados e colocar em prática as diretrizes da educação especial. Notou-se também que há professores que afirmam estar capacitados para identificar e possibilitar um desenvolvimento em sala de aula para os alunos AH/SD, contudo, ao percorrermos os questionamentos sobre seu conhecimento sobre o assunto, eles afirmam não haver tido preparo.

Atenta-se para a necessidade de respaldos ao acolhimento do superdotado e incentivo ao desenvolvimento de talentos, levantando ainda como ponto crítico que as dificuldades de aprendizado e os transtornos presentes no cenário educacional são cada vez mais apontados, no entanto, deve-se também perceber que determinados alunos devem ser estimulados e apoiados em seus aspectos positivos.

A partir destas perspectivas, os desdobramentos da presente pesquisa dão margem ainda a outros aspectos importantes que podem dar origem a outro estudo como: análise do currículo do professor recém formado e do que já possui formação há mais de 20 anos, o que não foi possível realizar neste estudo devido ao número de professores participantes, sendo todos formados há mais de 6 anos; programas de formação continuada e sala de recursos nas escolas para atenderem alunos alto habilitados e superdotados; dentro outros.

Para tanto, ainda se reforça que o interesse por este estudo deve-se à noção de que o estímulo necessário ao desenvolvimento de potenciais elevados deve estar em concordância com o que é proposto pelas cartilhas do governo e pelos caminhos trilhados pela pesquisa científica em prol do entendimento do conceito das altas habilidades/superdotação e da prática em educação especial/educação inclusiva.

Referências

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** n. 9394/96. Brasília, 1996.

CONBRASD (Conselho brasileiro para superdotação). **Ofício n. 25/2013.** Curitiba. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://conbrasd.org/wp/wp->

content/uploads/2013/09/OF-CONBRASD-25-2013-NAAHS.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

COSTA, M. T. A.; SOUZA, R. I.; RODRIGUES, L. K.; SANTOS, A. M. SANTOS, A. L. R. Educação para as altas habilidades/superdotação: um olhar sobre as práticas educacionais. **VIII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial**. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT11-2013/AT11-005.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

GUENTHER, Z.C.; RONDINI, C. A. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28 n. 1, p. 237-266, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982012000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 mai. 2014.

FLEITH, D. S. F. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**. v. 1: orientação a professores. Brasília, DF: Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, 2007.

MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de fevereiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

MEC. SEE. **Saberes e práticas da inclusão: altas habilidades/superdotação**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n. 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

PEREIRA, C. E. S. **Identificação de estudantes talentosos**: uma comparação entre as perspectivas de Renzulli e Güenther. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPG) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Carlos-Eduardo-de-Souza-Pereira1.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

RANGNI, R. A; COSTA, M. P. R. A educação dos superdotados: história e exclusão. **Revista da Educação**, UnG, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/viewFile/923/903>>. Acesso em: 15 mar. 2014.